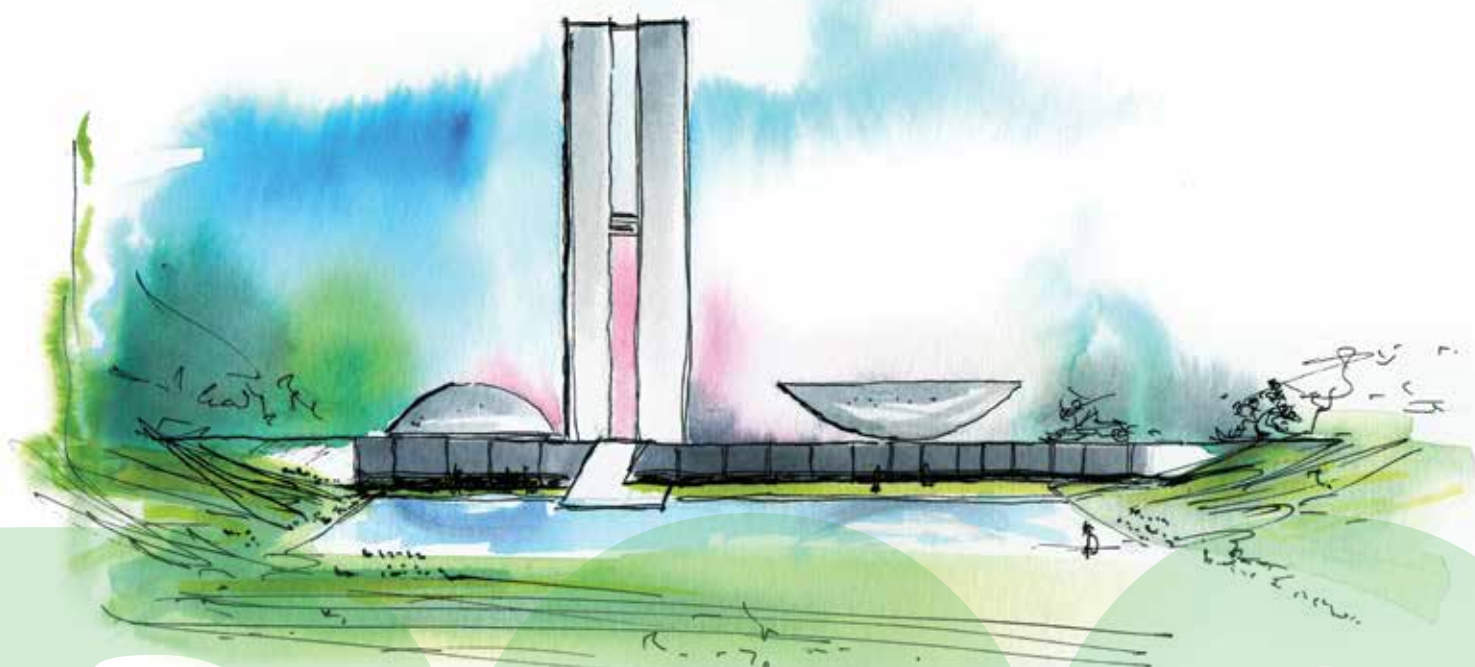


**espaço  
democrático**

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD



# **O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO NO SÉCULO 21**

**ROGÉRIO SCHMITT**

**DOCUMENTO**



**Documentos** são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

#### O autor ROGÉRIO SCHMITT



Doutor e mestre em ciência política pelo antigo IUPERJ (atual IESP/UERJ), e bacharel em ciências sociais pela UFRJ. Foi professor de ciência política na USP, na PUC-RJ, na PUC-SP e na FESPSP. Atualmente, além de colaborador do Espaço Democrático, é também analista político da Empower Consultoria. Especialista em sistemas partidários e eleitorais, publicou o livro *Partidos políticos no Brasil, 1945-2000* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000).  
E-mail: rogerio@espacodemocratico.org.br

## INTRODUÇÃO

**H**á mais de duas décadas, quando lecionava no curso de graduação em ciências sociais da Universidade de São Paulo, publiquei um pequeno livro intitulado *Partidos políticos no Brasil, 1945-2000* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000).

Aquele meu livro era destinado a um público bem amplo, mas principalmente aos estudantes universitários, dos quais sempre ouvia relatos sobre a dificuldade em encontrar boas bibliografias sobre o sistema partidário brasileiro.

Assim, procurei consolidar em um único e acessível volume as principais características dos mais importantes partidos brasileiros em três momentos diferentes da nossa história política: o regime constitucional de 1946, o regime militar-autoritário e o regime constitucional de 1988.

Como se sabe, cada um desses três períodos teve o seu próprio sistema partidário. Entre 1945 e 1965, por exemplo, prevaleceu um multipartidarismo limitado, com destaque para siglas como o PSD, a UDN e o PTB.

Já o período até 1979 foi marcado por um bipartidarismo compulsório, que opunha a ARENA (o partido que apoiava o regime militar) ao MDB (a frente de oposição).

Finalmente, a partir de 1980, observamos o retorno gradual do multipartidarismo. Numa primeira etapa, ainda sob o regime autoritário, vigorou um sistema com somente cinco partidos (PDS, PMDB, PDT, PTB e PT).

Numa segunda etapa, após a redemocratização iniciada em 1985, o Brasil foi caminhando para um multipartidarismo cada vez mais fragmentado, com o surgimento de siglas como o PFL, o PSDB, o PL, o PSB etc.

Portanto, no que diz respeito ao funcionamento dos partidos políticos, o retrospecto brasileiro ao longo das gerações vinha sendo mais de sucessivas rupturas do que de continuidade partidária.

Eu costumava dizer, quando da publicação daquele livro, que os partidos políticos em que costumávamos votar não eram os mesmos em que os nossos pais votavam, os quais também não eram os mesmos que disputavam o voto dos nossos avós.

Mas, passados mais de vinte anos, esse cenário mudou. E mudou para melhor. Aquele sistema partidário surgido na década de 1980 já se tornou o mais longo da história republicana brasileira. Os nossos filhos, agora, votam nos mesmos partidos da geração anterior.

Neste volume faço uma atualização da história do sistema partidário brasileiro neste século 21.

# Capítulo 1

## ANTECEDENTES



José Sarney

Para que possamos, no entanto, retomar a narrativa do ponto em que paramos no meu livro original, é preciso começar relacionando os partidos políticos mais importantes que estavam em atividade no Brasil na virada do século.



Marco Maciel

Esta minha lista deixará de fora as legendas que: a) não lograram eleger deputados federais ou senadores nas eleições realizadas até 1998; ou b) haviam sido extintas ou incorporadas por outros partidos até o final da década de 1990.



Fernando Henrique Cardoso

Mesmo assim, ainda restavam, naquele momento, cerca de duas dezenas de partidos com alguma relevância político-eleitoral. A democracia brasileira já era, então, corretamente apontada como uma das mais fragmentadas do mundo em termos partidários.



Luiz Inácio Lula da Silva

A lista que passo a apresentar segue um ordenamento decrescente, com base no número total de deputados federais eleitos por cada sigla partidária entre 1986 e 1998.

Vamos a ela:

O **PMDB** (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) era o sucessor do antigo MDB (fundado em 1966) e ganhou esta nova denominação após a reforma partidária de 1979/1980. O PMDB governara o País durante a presidência de **José Sarney**.

Já o **PFL** (Partido da Frente Liberal), constituído em 1985, era o sucessor da antiga Frente Liberal, que surgiu no ano anterior como uma dissidência da sigla que dera sustentação ao regime militar. O PFL foi o partido de **Marco Maciel**, vice-presidente do Brasil entre 1995 e 2002.

O **PSDB** (Partido da Social Democracia Brasileira) foi criado em 1988, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, como uma dissidência do PMDB. Os tucanos governaram o país durante os dois mandatos presidenciais consecutivos de **Fernando Henrique Cardoso**.

O **PPB** (Partido Progressista Brasileiro) era o sucessor da antiga ARENA (fundada em 1966), que havia mudado de nome para PDS (Partido Democrático Social) após a reforma de 1979/1980. Em 1993, o PDS incorporou um partido menor e passou a se chamar PPR (Partido Progressista Reformador). Finalmente, em 1995, o PPR se tornaria o PPB, novamente através da incorporação de uma legenda de pequeno porte.

O **PT** (Partido dos Trabalhadores) era mais uma das legendas fundadas após a reforma de 1979/1980. Liderado por **Luiz Inácio Lula da Silva**, vinha sendo o principal partido de oposição aos presidentes eleitos após o fim do regime militar.

O **PDT** (Partido Democrático Trabalhista), também fundado após a reforma partidária de 1979/1980, e que era comandado por **Leonel Brizola**, vinha sendo a segunda sigla oposicionista mais importante.

A quinta e última sigla da geração de partidos fundados logo após a reforma partidária de 1979/1980 foi o **PTB** (Partido Trabalhista Brasileiro), que também reivindicava para si o legado do trabalhismo.

Somados, estes sete<sup>1</sup> maiores partidos políticos elegeram cerca de 90% dos senadores e deputados federais entre 1986 e 1998.

Um segundo grupo de legendas partidárias em atividade na transição para o século 21 era composto por sete siglas registradas logo após a redemocratização e que participaram das eleições constituintes de 1986.

Este era o caso do **PL** (Partido Liberal), do **PSB** (Partido Socialista Brasileiro), do **PSDC** (Partido Social Democrata Cristão)<sup>2</sup>, do **PCdoB** (Partido Comunista do Brasil), do **PSC** (Partido Social Cristão), do **PPS** (Partido Popular Socialista)<sup>3</sup> e do **PMN** (Partido da Mobilização Nacional).

Finalmente, havia também um terceiro grupo de legendas, formado por cinco partidos de pequeno porte que estrearam nas urnas na eleição presidencial de 1989.

Aqui devem ser citados, em ordem decrescente de importância no período, o **PSD** (Partido Social Democrático)<sup>4</sup>, o **PST** (Partido Social Trabalhista), o **PV** (Partido Verde), o **PRONA** (Partido de Redificação da Ordem Nacional) e o **PSL** (Partido Social Liberal)<sup>5</sup>.

Este é o mapeamento atualizado dos partidos políticos que chegaram ao final do momento histórico coberto pelo meu livro original. A partir daqui, já podemos ingressar na história dos partidos brasileiros no século 21.

Neste novo trabalho, seguirei uma estratégia cronológica de exposição. Apresentarei, por um lado, os números referentes ao desempenho dos partidos políticos nas seis eleições para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal realizadas entre 2002 e 2022.

E descreverei também, em paralelo, as mudanças no sistema partidário ocorridas após cada ciclo eleitoral, ao longo dos sucessivos períodos de governo. Assim poderemos acompanhar os processos de criação e extinção de siglas, as mudanças de nome das legendas, e as fusões e incorporações entre os partidos.

Como no meu livro original, não explorarei (salvo menção em contrário) a seara dos partidos que não lograram eleger congressistas neste novo ciclo.

<sup>1</sup> Optei por não fazer menção, no texto principal, ao **PRN** (Partido da Reconstrução Nacional), sigla pela qual Fernando Collor venceu a eleição presidencial de 1989. Originalmente fundado em 1985, como Partido da Juventude (PJ), a sigla mudou de nome quatro anos depois, elegeu deputados e senadores na legislatura iniciada em 1990 e voltou a ser um micropartido após o impeachment de Collor, em 1992. No ano 2000, o PRN mudaria o seu nome para **PTC** (Partido Trabalhista Cristão).

<sup>2</sup> O PSDC foi o sucessor, a partir de 1997, do Partido Democrata Cristão (**PDC**), fundado em 1985 e que se incorporou ao PDS, em 1993, para gerar o PPR.

<sup>3</sup> O PPS foi o sucessor, a partir de 1991, do histórico Partido Comunista Brasileiro (**PCB**), fundado em 1922 e que voltou à legalidade em 1985.

<sup>4</sup> Este PSD deixaria de existir em 2003 e não deve ser confundido nem com o PSD fundado na década de 1940 e nem com o PSD contemporâneo, fundado em 2011.

<sup>5</sup> O PST e o PSL também faziam parte da coligação eleitoral que elegeu Fernando Collor em 1989.

## Capítulo 2

# O sistema partidário após as eleições de 2002

O ciclo político-eleitoral iniciado em 2002 foi marcado pela vitória na disputa presidencial do petista **Luiz Inácio Lula da Silva**, após três derrotas nas eleições anteriores. A principal aliança eleitoral do PT foi com o PL, ao qual era filiado o vice-presidente eleito, o senador mineiro **José Alencar**.

Os outros três candidatos mais importantes ao Palácio do Planalto naquele ano foram **José Serra** (PSDB), que disputou o segundo turno contra Lula, **Anthony Garotinho** (PSB) e **Ciro Gomes** (PPS).

A tabela ao lado mostra o número de deputados federais e senadores eleitos pelos diferentes partidos em 6 de outubro de 2002 (a 52ª Legislatura). As 513 cadeiras da Câmara ficaram distribuídas entre 19 legendas. No Senado, que renovou 2/3 de suas cadeiras, 10 partidos elegeram ao menos um senador.

Os números desta e das próximas tabelas se referem aos parlamentares eleitos por cada partido no dia da votação. Naturalmente, o tamanho das bancadas pode variar ao longo das legislaturas em função de fenômenos como a migração partidária<sup>6</sup>, a posse de suplentes<sup>7</sup> etc.

**Deputados e Senadores eleitos por partido em 2002**

Partido	Câmara	Senado
PT	91	10
PFL	84	14
PMDB	75	9
PSDB	70	8
PPB	49	-
PTB	26	2
PL	26	2
PSB	22	3
PDT	21	4
PPS	15	1
PCdoB	12	-
PRONA	6	-
PV	5	-
PSD	4	1
PST	3	-
PMN	1	-
PSC	1	-
PSDC	1	-
PSL	1	-
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>54</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

O retrato desta eleição repetiu o grau elevado de fragmentação partidária nas duas casas do Congresso, herdado das legislaturas anteriores.

Na Câmara, para que se atingisse a maioria absoluta das cadeiras, seria necessário reunir as bancadas dos 4 maiores partidos (PT, PFL, PMDB e PSDB). No Senado (considerando somente os novos senadores eleitos), seriam necessários 3 partidos (PFL, PT e PMDB).

Impulsionado por Lula, o PT se tornou, pela primeira vez em sua história, a maior bancada da Câmara dos Deputados. Mas não repetiu o mesmo desempenho no Senado Federal, onde o PFL elegeu o maior número de parlamentares.

Nos quatro anos que se seguiram foram registradas diversas mudanças relevantes no sistema partidário brasileiro.

Ainda no mês de dezembro de 2002, antes mesmo da posse dos novos congressistas eleitos, o PSD seria incorporado ao PTB. Em fevereiro de 2003, o PL viria a incorporar o PST.

O poder de atração destas duas siglas (PTB e PL) estava relacionado à sua participação direta no primeiro escalão do governo Lula.

Em abril daquele mesmo ano, o PPB decidiu em convenção nacional alterar a sua denominação para **PP** (Partido Progressista). Em maio, a legenda também anunciaria apoio ao presidente Lula.

Em dezembro de 2003 viria a ser criado o **PMR** (Partido Municipalista Renovador). O registro da legenda no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ocorreu

em agosto de 2005. Na convenção nacional realizada em outubro de 2005, após filiar o vice-presidente José Alencar, o PMR passou a se chamar **PRB** (Partido Republicano Brasileiro).

Um pequeno grupo de dissidentes do PT, liderado pela senadora alagoana **Heloísa Helena**, criaria, em junho de 2004, o **PSOL** (Partido Socialismo e Liberdade). O registro da sigla no TSE viria em setembro de 2005.

O PRB e o PSOL foram as primeiras siglas partidárias criadas no Brasil desde 1995, quando havia entrado em vigor a atual Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096).

A LPP havia tornado bem mais rigorosos os requisitos para o registro de novos partidos junto ao TSE. E durante cerca de uma década ela havia sido suficiente para impedir a criação proliferada de novas siglas, que se tornara uma das marcas dos primeiros dez anos após a redemocratização do País.

Neste ciclo político, diversos partidos participaram (pelo menos em algum momento) da base de apoio do presidente Lula. No campo da esquerda, além do próprio PT, podemos contar o PSB, o PDT, o PPS, o PCdoB e o PV. Além deles, no centro e na direita, também passaram pelo governo o PMDB, o PP, o PTB e o PL<sup>8</sup>.

É possível dizer que o final do primeiro mandato presidencial de Lula já sinalizava para uma discreta tendência de aumento do número de partidos políticos na legislatura seguinte. E foi o que aconteceu.

<sup>6</sup> A livre migração entre partidos era uma prerrogativa ampla dos congressistas até 2007. Na prática, a única restrição legal era a exigência de filiação partidária de pelo menos 1 ano para concorrer nas eleições.

<sup>7</sup> Devido às coligações partidárias nas eleições para deputados, os suplentes frequentemente pertenciam a partidos distintos dos titulares.

<sup>8</sup> Ver *Gabinetes ministeriais no Brasil (1989-2020)*, de Acir Almeida (em Atlas do Estado Brasileiro, IPEA), disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/154>

## Capítulo 3

# O sistema partidário após as eleições de 2006

O primeiro marco do ciclo político-eleitoral resultante das eleições gerais de 1º de outubro de 2006 foi a reeleição de Lula (PT) para o Palácio do Planalto. Desta vez, porém, como vimos, o seu vice, José Alencar, estava filiado ao PRB.

O principal adversário de Lula na campanha sucessória foi o ex-governador paulista **Geraldo Alckmin** (PSDB), que chegou até o segundo turno. E os outros nomes mais visíveis naquela eleição foram a senadora Heloísa Helena (PSOL) e o senador **Cristovam Buarque** (PDT).

Como esperado, o novo Congresso Nacional, na 53ª Legislatura, se tornaria mais fragmentado em termos partidários do que no período precedente. Era o resultado quase inevitável do surgimento (e da “repaginação”) de tantos novos partidos ligados ao governo Lula.

No Senado, mesmo com apenas 1/3 das cadeiras em disputa, o número de partidos que elegeram senadores aumentou de dez para 11. Na Câmara, pela primeira vez na história, o número de partidos representados (21) superou a marca de duas dezenas.

A fragmentação partidária seguiu elevada, mas estável. Na Câmara, a maioria absoluta das cadeiras continuava exigindo, no mínimo, a soma dos senadores dos quatro maiores partidos (PMDB, PT, PSDB e PFL), os mesmos da legislatura anterior. No Senado, a maioria absoluta também continuava requerendo, no mínimo, a soma das bancadas de senadores eleitos por três legendas diferentes: PFL, PSDB e PMDB (ou PTB).

O PMDB (que também havia aderido ao primeiro governo Lula) recuperou a condição histórica de maior bancada da Câmara, algo que não acontecia desde 1994. Já o PT, mesmo com a reeleição de Lula, encolheu de tamanho e tornou-se apenas a segunda bancada. No Senado, os melhores desempenhos foram de siglas de oposição ao governo (PFL e PSDB).

**Deputados e Senadores eleitos por partido em 2006**

Partido	Câmara	Senado
PMDB	89	4
PT	83	2
PSDB	66	5
PFL	65	6
PP	41	1
PSB	27	1
PDT	24	1
PL	23	1
PPS	22	1
PTB	22	4
PCdoB	13	1
PV	13	-
PSC	9	-
PMN	3	-
PSOL	3	-
PTC	3	-
PHS	2	-
PRONA	2	-
PAN	1	-
PRB	1	-
PTdoB	1	-
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>27</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

Por outro lado, seis partidos que não estiveram representados na legislatura anterior conseguiram eleger pequenas bancadas: o PSOL, o PTC (ex-PRN), o PRB, o **PHS** (Partido Humanista da Solidariedade), o **PAN** (Partido dos Aposentados da Nação) e o **PTdoB** (Partido Trabalhista do Brasil).

Para o sistema partidário, as maiores expectativas estavam relacionadas à entrada em vigor, naquele ano, da cláusula de desempenho prevista na Lei dos Partidos Políticos. A regra dizia que os partidos que não atingissem 5% dos votos válidos para deputado federal no País como um todo perderiam o direito ao funcionamento parlamentar a partir de 2007<sup>9</sup>.

No entanto, em dezembro de 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, por unanimidade, ser inconstitucional a cláusula de desempenho prevista na LPP. Assim, ela sequer chegou a ser aplicada.

Caso a cláusula de 5% tivesse sido aplicada nas eleições daquele ano, somente sete partidos (PMDB, PT, PSDB, PFL, PP, PSB e PDT) teriam direito ao funcionamento parlamentar no Congresso Nacional a partir do ano seguinte.

Nada menos do que 14 partidos (que elegeram 118 deputados e 7 senadores) precisariam passar por fusões e incorporações (entre si ou com os partidos remanescentes).

Preventivamente, no entanto, antes mesmo do julgamento do STF, dois processos de incorporação de micropartidos por legendas maiores chegaram a ser concluídos.

Ainda em outubro de 2006, nas semanas seguintes às eleições, houve a incorporação do PAN pelo PTB, e a do PRONA pelo PL. Neste segundo caso, o PL também alterou, em convenção nacional, a sua denominação para **PR** (Partido da República).

Ainda no início daquele novo ciclo político-eleitoral, vale registrar também a mudança de identidade do antigo PFL, que passou a se chamar **DEM** (Democratas) após convenção nacional realizada em março de 2007.

Em outubro de 2007, o STF viria a tomar uma decisão importante relativa ao sistema partidário, ao julgar que os mandatos dos deputados federais<sup>10</sup>, eleitos pelo voto proporcional, pertenciam aos partidos pelos quais eles se elegeram, e não aos parlamentares individualmente. Esta decisão, naturalmente, nunca se aplicou aos senadores, que são eleitos pelo voto majoritário.

No mesmo mês, uma resolução do TSE sobre a fidelidade partidária esclareceu que, doravante, os deputados poderiam mudar de legenda sem correr o risco de perder o mandato apenas nas seguintes situações: incorporação ou fusão de partidos, criação de um novo partido, desvio no programa partidário ou grave discriminação pessoal.

De fato, as frequentes mudanças de partido pelos deputados se reduziram drasticamente a partir de então. Mas, por outro lado, criaram-se novos incentivos tanto para a fundação de partidos novos como para fusões e incorporações entre os partidos existentes.

A base de apoio partidário do presidente Lula em seu segundo mandato foi rigorosamente idêntica à do primeiro. A coalizão governista incluiu, em momentos distintos, o PT, o PMDB, o PP, o PSB, o PDT, o PR, o PPS, o PTB, o PCdoB e o PV<sup>11</sup>.

Não haveria novas mudanças significativas no quadro partidário a partir de 2008. Este foi, assim, o sistema de partidos que prosseguiu em atividade no Brasil durante praticamente todo o segundo mandato do presidente Lula.

<sup>9</sup> Estes votos deveriam estar também distribuídos em, ao menos 1/3 dos estados da federação, e com um mínimo de 2% do total de votos válidos em cada um deles.

<sup>10</sup> [https://www.conjur.com.br/2007-out-04/decisao\\_supremo\\_acaba\\_troca-troca\\_partidos](https://www.conjur.com.br/2007-out-04/decisao_supremo_acaba_troca-troca_partidos)

<sup>11</sup> Ver *Gabinetes ministeriais no Brasil (1989-2020)*, de Acir Almeida (em Atlas do Estado Brasileiro, IPEA), disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/154>

## Capítulo 4

# O sistema partidário após as eleições de 2010



Dilma Rousseff

Este novo ciclo eleitoral ficou marcado pela vitória de **Dilma Rousseff** (PT) nas eleições presidenciais de 3/10/2010, a terceira campanha nacional petista consecutiva exitosa. O vice-presidente na chapa de Dilma foi o paulista **Michel Temer** (PMDB), ex-presidente da Câmara dos Deputados.



Michel Temer

Os dois principais adversários da candidata petista foram o ex-governador José Serra (PSDB), que chegou a disputar o segundo turno, e a senadora Marina Silva (PV).

A composição do novo Congresso Nacional (a 54ª Legislatura) ficou ainda mais fragmentada do que nas eleições anteriores. Desta vez, 22 partidos elegeram deputados federais, dos quais 15 também elegeram senadores.

O número mínimo de partidos necessários para se atingir a maioria absoluta das cadeiras continuou igual ao das legislaturas anteriores: 4 na Câmara (PT, PMDB, PSDB e PP) e 3 no Senado (PMDB, PT e PSDB).

### Deputados e Senadores eleitos por partido em 2010

Partido	Câmara	Senado
PT	86	11
PMDB	78	14
PSDB	54	6
PP	44	4
DEM	43	2
PR	41	4
PSB	35	4
PDT	27	2
PTB	22	1
PSC	17	1
PCdoB	15	1
PV	13	-
PPS	12	1
PRB	8	1
PMN	4	1
PSOL	3	1
PTdoB	3	-
PHS	2	-
PRTB	2	-
PRP	2	-
PTC	1	-
PSL	1	-
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>54</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

Dois micropartidos fizeram a sua “estrela” em Brasília nesta nova legislatura: o **PRTB** (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro) e o **PRP** (Partido Republicano Progressista).

Houve uma troca de posições entre as maiores bancadas da Câmara: o PT recuperou a condição de maior partido, com o seu aliado PMDB vindo logo na sequência. No Senado, estas legendas também fizeram as duas maiores bancadas, porém com hegemonia peemedebista.

O primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff foi extremamente intenso no que diz respeito a mudanças no sistema partidário.

A primeira e a mais importante delas foi a fundação, em março de 2011, de uma nova legenda de centro com o nome de **PSD** (Partido Social Democrático), sob o comando de **Gilberto Kassab** (então prefeito de São Paulo). O registro da sigla no TSE viria em setembro do mesmo ano.

Aliado nacionalmente ao governo Dilma Rousseff, o PSD já surgiu como uma das maiores bancadas no Congresso, reunindo naquele momento 52 deputados (a maioria proveniente do DEM) e dois senadores.

Outros três partidos novos, de menor porte, foram igualmente fundados ao longo desse ciclo político-eleitoral. O primeiro deles foi o **PEN** (Partido Ecológico Nacional), registrado em junho de 2012.

Já em setembro de 2013, o TSE acataria o registro do **PROS** (Partido Republicano da Ordem Social), que filiou 14 deputados federais, e do **Solidariedade**, que abrigou outros 21.

A lista original de legendas que participavam do governo Dilma incluía, além do PT, o PMDB, o PP, o PR, o PSB, o PDT e o PCdoB. A eles também se juntaram, num segundo momento, o PRB e o PSD<sup>12</sup>.

Assim como no primeiro mandato de Lula, o primeiro governo de Dilma Rousseff acabou sendo também um período de criação de diversas novas siglas partidárias (inclusive uma de grande porte e duas de médio porte).

Nas eleições de 2014, o eleitorado poderia tanto aprovar como rejeitar este sistema partidário em processo contínuo de fragmentação. Como veremos, prevaleceria a primeira alternativa.

<sup>12</sup> Ver *Gabinetes ministeriais no Brasil (1989-2020)*, de Acir Almeida (em Atlas do Estado Brasileiro, IPEA), disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/154>

## Capítulo 5

# O sistema partidário após as eleições de 2014

A petista Dilma Rousseff, novamente tendo como companheiro de chapa o peemedebista Michel Temer, se tornou naquele ano a terceira presidente reeleita sob a Constituição de 1988.

O seu adversário no segundo turno, desta vez, seria o ex-governador mineiro **Aécio Neves** (PSDB). Outras duas candidatas - **Marina Silva** (PSB) e **Luciana Genro** (PSOL) - também obtiveram votações mais expressivas em 2006.

Os eleitores brasileiros escolheram fazer do Congresso Nacional eleito em 5 de outubro de 2014 (a 55ª Legislatura) o mais fragmentado de nossa história partidária até aquele momento. As 513 cadeiras da Câmara ficaram distribuídas entre 28 legendas. No Senado, dez partidos elegeram ao menos um senador.

Pela primeira vez no século 21, passou para cinco o número mínimo de partidos necessários para a obtenção de maioria absoluta na Câmara (PT, PMDB, PSDB, PP e PSD). Entre os novos senadores eleitos, esta mesma linha de corte passou a ser de 4 legendas: PMDB, PSDB, PDT e PSB (ou DEM).

O PT e o PMDB praticamente empataram como as duas maiores bancadas de deputados federais. O PMDB também se manteve como o partido que mais elegeu senadores.

Os quatro novos partidos surgidos durante a legislatura anterior elegeram mais de 60 deputados federais: 36 do PSD, 15 do Solidariedade, 11 do PROS e dois do PEN.

Um único micropartido elegeu a sua primeira bancada federal em 2014: o **PTN** (Partido Trabalhista Nacional), fundado ainda nos anos 1990. E outros dois micropartidos retornaram a Brasília depois de muito tempo, ambos após mudanças de nome: o **PSDC** (Partido Social Democrata Cristão), ex-PDC, e o **PTC** (Partido Trabalhista Cristão), ex-PRN.

**Deputados e Senadores eleitos por partido em 2014**

Partido	Câmara	Senado
PT	68	2
PMDB	65	5
PSDB	54	4
PP	38	1
PSD	36	2
PSB	34	3
PR	34	1
PTB	25	2
PRB	21	-
DEM	21	3
PDT	20	4
Solidariedade	15	-
PSC	13	-
PROS	11	-
PPS	10	-
PCdoB	10	-
PV	8	-
PSOL	5	-
PHS	5	-
PTN	4	-
PRP	3	-
PMN	3	-
PEN	2	-
PSDC	2	-
PTC	2	-
PTdoB	2	-
PSL	1	-
PRTB	1	-
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>27</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

O novo gabinete ministerial de Dilma Rousseff contemplou o PT, o PMDB, o PP, o PSD, o PR, o PTB, o PRB, o PDT, o PROS e o PCdoB<sup>13</sup>.

Em setembro de 2015 entraria em vigor uma minirreforma eleitoral (Lei nº 13.165), que entre outros dispositivos reduziu de um ano para seis meses o prazo mínimo de filiação partidária para candidatos a cargos eletivos<sup>14</sup>.

Ainda em setembro, o TSE também concederia o registro eleitoral a três novas siglas partidárias: o **Novo**, a **Rede** (Rede Sustentabilidade) e o **PMB** (Partido da Mulher Brasileira).

Em fevereiro de 2016, foi promulgada a Emenda Constitucional 91, que criou uma “janela partidária” de 30 dias para que os parlamentares pudessem trocar livremente de partido. Na Câmara, 71 dos 513 deputados federais migraram de sigla durante essa janela<sup>15</sup>.

Outra marca notável deste período foram as mudanças nas denominações de seis partidos diferentes, todas elas ocorridas no ano de 2017.

Em março, o PTdoB se transformou no **Avante**. Em maio, o PTN foi rebatizado como **Podemos**. Em agosto, o PSDC passou a ser chamado simplesmente **DC** (Democracia Cristã), e o PEN foi rebatizado como **Patriota**.

As mudanças de nome afetaram até mesmo os dois partidos mais antigos do País. Em agosto, o PMDB voltaria a usar o nome de **MDB** (a denominação original da legenda durante o regime militar). Em setembro, o PP (ex-ARENA, ex-PDS, ex-PPR, ex-PPB) passou a ser apenas o **Progressistas**, mas preservando a mesma sigla já em uso.

Mas o principal fato político desse ciclo eleitoral acabaria sendo o impeachment de Dilma Rousseff. Após a instauração do processo contra a petista no Senado, Michel Temer assumiria a presidência, em caráter interino, em maio de 2016. Em agosto do

mesmo ano, após Dilma Rousseff ser condenada à perda do cargo pelo plenário do Senado, Temer assumiria o Planalto em caráter permanente.

Mantendo a média de seus dois antecessores, o gabinete ministerial original de Temer incluía uma dezena de partidos: PMDB, PSDB, DEM, PP, PR, PRB, PSD, PTB, PSB e PPS<sup>16</sup>.

Foi já no governo Temer que o Congresso Nacional promulgaria, em outubro de 2017, a Emenda Constitucional 97. Ela introduziu no ordenamento jurídico nacional duas importantes medidas com o objetivo de reduzir progressivamente a exagerada fragmentação partidária brasileira.

A primeira mudança, trazida pela EC 97/2017, foi a proibição de coligações partidárias nas eleições para deputado federal a partir de 2022. Com isso, as bancadas eleitas por cada partido passariam a depender exclusivamente dos votos obtidos por cada legenda isoladamente.

A segunda mudança mais relevante foi a incorporação ao próprio texto constitucional (para evitar a repetição do que fez o STF em 2006) de uma cláusula progressiva de desempenho partidário nas eleições para deputado federal a partir de 2018.

Esta nova cláusula de desempenho seria uma exigência para que os partidos políticos mantenham o direito: a) ao funcionamento parlamentar na Câmara dos Deputados, b) à propaganda eleitoral gratuita nos meios de comunicação, e c) ao fundo público de financiamento das campanhas eleitorais.

O quadro ao lado apresenta os requisitos progressivos exigidos dos partidos ao longo do tempo pela EC 97/2017. A partir de 2030, a cláusula de desempenho se estabilizará.

A primeira condição se refere a patamares mínimos de votos, tanto no País como um todo como nas unidades da federação.

<sup>13</sup> Ver *Gabinetes ministeriais no Brasil (1989-2020)*, de Acir Almeida (em Atlas do Estado Brasileiro, IPEA), disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/154>

<sup>14</sup> <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Outubro/serie-reforma-eleitoral-2015-regras-para-mudanca-de-partido- ficam-mais-rigidas>

<sup>15</sup> <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/13-dos-deputados-federais-mudaram-de-sigla-durante-janela-partidaria.html>

<sup>16</sup> Ver *Gabinetes ministeriais no Brasil (1989-2020)*, de Acir Almeida (em Atlas do Estado Brasileiro, IPEA), disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/154>

A segunda condição, que é uma alternativa à anterior, se refere ao tamanho mínimo das bancadas parlamentares eleitas.

Como veremos a seguir, a cláusula de desempenho já produziu consequências significativas sobre o sistema partidário brasileiro nas eleições de 2018.

Vale, finalmente, ressaltar os efeitos, já no final daquela legislatura, de mais uma janela partidária. A Lei Federal nº 13.165, de 2015, conhecida como Reforma Eleitoral, estabeleceu

Anos	Condição 1		Condição 2
	% mínimo dos votos válidos nacionais na eleição para a Câmara dos Deputados	% mínimo dos votos válidos, em ao menos 9 UFs, na eleição para a Câmara dos Deputados	número mínimo de deputados federais eleitos, distribuídos em ao menos 9 UFs
2018	1,5	1	9
2022	2	1	11
2026	2,5	1,5	13
2030	3	2	15

que seis meses antes de cada nova eleição para o Congresso seria aberto um prazo de 30 dias para que os deputados federais pudessem trocar livremente de partido.

Em 2018, 91 deputados migraram de partido durante a janela<sup>17</sup>. O DEM foi a bancada que mais cresceu, de 33 para 43 cadeiras. E as maiores reduções foram nas bancadas do PSB (34 para 26) e do MDB (58 para 51).

## Capítulo 6

### O sistema partidário após as eleições de 2018



Jair Bolsonaro

A grande novidade das eleições gerais de 2018 foi o rompimento da tradicional polarização entre o PT e o PSDB na sucessão presidencial. Na prática, os tucanos foram substituídos pelo bolsonarismo na oposição ao petismo.



Hamilton Mourão

O deputado federal **Jair Bolsonaro** (concorrendo pelo minúsculo PSL) foi eleito presidente da República tendo como candidato a vice o general reformado **Hamilton Mourão** (concorrendo pelo também minúsculo PRTB).

Além de **Fernando Haddad** (PT), que disputou o segundo turno contra Bolsonaro, tiveram também al-

gum destaque naquela campanha os candidatos **Ciro Gomes** (PDT), **Geraldo Alckmin** (PSDB), **João Amoedo** (Novo), **Cabo Daciolo** (Patriota), **Henrique Meirelles** (MDB) e **Marina Silva** (Rede).

A 56ª Legislatura, eleita em 7 de outubro de 2018, se tornou, num primeiro momento, a recordista absoluta de fragmentação partidária em toda a história brasileira. As 513 cadeiras da Câmara foram distribuídas entre 30 legendas! No Senado, 20 partidos elegeram ao menos um senador!

No entanto, nove destes partidos (assinalados por um asterisco na tabela) não atingiram a cláusula de desempenho, que foi de 1,5% dos votos válidos naquele ano.

A fragmentação inédita do sistema partidário também aparece quando contabilizamos o número mínimo de legendas para a formação de maiorias

absolutas: sete na Câmara (PT, PSL, PP, PSD, MDB, PR e PSB) e seis no Senado (MDB, PP, Rede e mais três entre PT, PSL, PSD e PSDB).

Neste novo ciclo eleitoral tivemos três siglas fazendo a sua estreia em Brasília: o Novo, a Rede e o **PPL**, registrado no TSE desde 2011.

As duas maiores bancadas na Câmara (PT e PSL) elegeram, cada uma, pouco mais de 50 deputados, um outro fato inédito. No Senado, o MDB preservou sua condição de partido mais vitorioso.

Vemos na tabela ao lado que, somados, os nove partidos que não atingiram a cláusula de desempenho elegeram 32 deputados e oito senadores. Mas o que será que aconteceu com eles?

Quatro dessas siglas (DC, Rede, PTC e PMN) não tomaram providência alguma e viram os deputados eleitos por elas se filiarem a outros partidos<sup>18</sup>.

Por outro lado, o PCdoB incorporou o PPL. O Patriota incorporou o PRP. E o PHS foi incorporado ao Podemos (que já não tinha sido afetado pela cláusula).

Na prática, o número de partidos com representação efetiva na Câmara na posse da nova legislatura, em fevereiro de 2019, já não era mais de 30 - mas de 23.

Portanto, a estreia da cláusula de desempenho em 2018 sem dúvida já produziu o principal efeito que dela se esperava: reduziu expressivamente a fragmentação partidária no Congresso.

Neste ciclo, outros três partidos também foram rebatizados, todos em convenções nacionais realizadas no primeiro semestre de 2019: em fevereiro, o PR aprovou o resgate da sigla **PL** (Partido Liberal); em março, o PPS se tornou o **Cidadania**; e em maio o PRB passou a ser o **Republicanos**.

Em sua posse, o presidente Jair Bolsonaro optou por montar um governo não partidário, com um único ministro filiado ao PSL. Os titulares de outras quatro pastas, apesar de filiados a outros partidos, não representavam formalmente as suas legendas de origem<sup>19</sup>.

#### Deputados e Senadores eleitos por partido em 2018

Partido	Câmara	Senado
PT	54	4
PSL	52	4
PP	38	5
PSD	35	4
MDB	34	7
PR	33	1
PSB	32	2
PRB	30	1
PSDB	29	4
DEM	29	4
PDT	28	2
Solidariedade	13	1
Podemos	11	1
PSOL	10	-
PTB	10	2
PCdoB*	9	-
Novo	8	-
PROS	8	1
PSC	8	1
PPS	8	2
Avante	7	-
PHS*	6	2
Patriota*	5	-
PV	4	-
PRP*	4	1
PMN*	3	-
PTC*	2	-
Rede*	1	5
PPL*	1	-
DC*	1	-
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>54</b>

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

<sup>17</sup> Ver *Gabinetes ministeriais no Brasil (1989-2020)*, de Acir Almeida (em Atlas do Estado Brasileiro, IPEA), disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/154>

<sup>18</sup> Após convenção nacional realizada em junho de 2021, o PTC seria rebatizado como **Agir**.



A conjuntura política mais ampla do País também geraria repercussões sobre o sistema partidário. Em novembro de 2019, Bolsonaro anunciou a sua desfiliação do PSL.

Uma nova etapa do governo Bolsonaro se deu a partir do começo de 2021, quando ele se rendeu ao tradicional formato das coalizões multipartidárias de governo. A Esplanada dos Ministérios passou a contar com representantes do PP, do PL e do Republicanos.

Após permanecer sem partido por dois anos, Bolsonaro se filiará ao PL em novembro de 2021 e Mourão ao Republicanos em março de 2022.

Por outro lado, em setembro de 2021 entrou em vigor uma nova legislação (Lei Federal nº 14.208) que autorizava os partidos políticos a se unirem em federações para, durante quatro anos, disputarem eleições e atuarem como se fossem uma só legenda.

Esta lei foi aprovada no Congresso para permitir a sobrevivência de partidos sob risco de não cumprir a cláusula de desempenho em 2022.

Esta nova figura legal resultou, em maio de 2022, no registro, pelo TSE, de três federações partidárias: a federação PT-PCdoB-PV; a federação PSDB-Cidadania; e a federação PSOL-Rede.

Na prática, sete partidos políticos se converteram em três federações que funcionarão unificadamente como três partidos políticos até, pelo menos, o mês de maio de 2026.

O último fato relevante relativo ao sistema partidário brasileiro no ciclo político-eleitoral que teve início em 2018 foi a criação do **União Brasil**, partido que resultou da fusão, em outubro de 2021, entre o PSL (o antigo partido de Bolsonaro) e o DEM. A

aliança entre as duas siglas foi aprovada pelo TSE em fevereiro de 2022.

O União Brasil, assim se tornaria um dos maiores partidos no Congresso, contando inicialmente com 81 deputados e 7 senadores.

Por fim, ao longo do mês de março de 2022, foi reaberto o prazo da chamada “janela partidária” prevista a cada quatro anos pela Lei Federal nº 13.165, de 2015. Os dados oficiais da Câmara revelaram que cerca de 70 deputados federais migraram de partido nesse período<sup>20</sup>.

O PL do presidente Bolsonaro seria o maior beneficiário da janela partidária de 2022, se tornando, com 78 deputados, a maior bancada da Câmara. O maior prejudicado foi o União Brasil, que reduziu a sua bancada de 81 para 48 deputados.

As minhas expectativas para o sistema partidário que saíria das urnas em outubro de 2022 sempre foram muito otimistas. Cheguei a defender, em evento do Espaço Democrático, que provavelmente teríamos o sistema partidário menos fragmentado das últimas três décadas na Câmara<sup>21</sup>.

Naturalmente, não tenho bola de cristal. Bastava olhar, por um lado, para os movimentos feitos pelos próprios deputados durante a janela partidária, sempre na direção dos maiores partidos.

Por outro lado, já sabíamos que a cláusula de desempenho seria mais elevada em 2022, e também que, pela primeira vez, as coligações partidárias estavam proibidas nas eleições para deputado.

E isso tudo sem mencionar o enxugamento prévio resultante da formação das três federações partidárias no primeiro semestre.

Mas será que tais expectativas se confirmaram?

## Capítulo 7

# O sistema partidário após as eleições de 2022

A grande marca das eleições gerais de 2022 foi a bipolarização da disputa presidencial entre **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) e **Jair Bolsonaro** (PL). Tendo como candidato a vice o ex-tucano **Geraldo Alckmin** (PSB), Lula venceu a eleição no segundo turno por margem estreita de votos.

Pela primeira vez na história, nenhum dos outros presidenciais a partir do terceiro colocado pontuou acima dos 5% dos votos válidos. Mas as candidaturas da senadora **Simone Tebet** (MDB), de **Ciro Gomes** (PDT) e da senadora **Soraya Thronicke** (União Brasil) chegaram a ter alguma visibilidade durante a campanha.

Os resultados das eleições para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, realizadas em 2 de outubro de 2022 (a 57ª Legislatura), foram, como se esperava, bastante significativas do ponto de vista do sistema partidário.

Por conta da EC97/2017, as coligações estavam proibidas nas eleições para deputados, e a cláusula de desempenho também havia sido elevada.

O número de partidos (ou federações) que elegeram bancadas foi de somente 19 na Câmara e nove no Senado. Em outras palavras, números muito parecidos com os da eleição de 2002.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sete partidos (assinalados por asterisco na tabela acima) não cumpriram os requisitos da cláusula de desempenho em 2022.

Enquanto escrevo este capítulo (começo de novembro de 2022), estas siglas, que elegeram 28 deputados e um senador, estão diante das seguintes opções: realizar fusões ou incorporações entre si ou ser absorvidas pelos 12 partidos remanescentes.

Caso não tomem providência alguma, seus parlamentares simplesmente precisarão se filiar às legendas maiores até o início efetivo da nova legislatura (em fevereiro de 2023).

Outro fato notável do ciclo político que está começando é o aumento do tamanho absoluto das bancadas dos grandes partidos.

### Deputados e Senadores eleitos por partido em 2022

Partido	Câmara	Senado
PL	99	8
PT/ PV / PCdoB	80	4
União Brasil	59	5
PP	47	3
MDB	42	1
PSD	42	2
Republicanos	41	2
PSDB / Cidadania	18	-
PDT	17	-
PSB	14	1
PSOL / Rede	14	-
Podemos	12	-
Avante*	7	-
PSC*	6	1
Patriota*	4	-
Solidariedade*	4	-
PROS*	3	-
Novo*	3	-
PTB*	1	-
Total	513	27

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

O número mínimo de legendas para a formação de maiorias absolutas será de somente quatro na Câmara (PL, PT, União Brasil e PP) e de somente três no Senado (PL, União Brasil e PT).

Voltamos ao patamar de fragmentação partidária em que estávamos há 20 anos. E a tendência é que ela diminua ainda mais à medida em que forem sendo confirmadas as já fortemente cogitadas fusões, incorporações e novas federações.

<sup>19</sup> Ver Gabinetes ministeriais no Brasil (1989-2020), de Acir Almeida (em Atlas do Estado Brasileiro, IPEA), disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/154>

<sup>20</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-04/cerca-de-70-parlamentares-trocaram-de-legenda-na-janela-partidaria>

<sup>21</sup> <https://espacodemocratico.org.br/noticias/janela-partidaria-acelera-processo-de-concentracao-dos-partidos-brasileiros/>

Segundo os relatos da imprensa, pelo menos dois processos de fusões entre partidos já estariam confirmados, com o objetivo de garantir o cumprimento da cláusula de desempenho.

O primeiro seria a incorporação do PROS ao Solidariedade<sup>22</sup>. E o segundo seria a fusão entre o Patriota e o PTB, que daria origem ao **Mais Brasil**<sup>23</sup>.

Vale lembrar, no entanto, que caso estas duas fusões sejam validadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda assim os parlamentares eleitos pelas referidas siglas estariam legalmente autorizados a migrar para outros partidos.

Como a nova legislatura do Congresso Nacional somente tomará posse em fevereiro de 2023, é possível que, até lá, ainda surjam novidades no sistema partidário, seja através de outras fusões entre micropartidos, da incorporação de partidos menores por legendas maiores, ou ainda através da

criação de novas federações entre partidos (e até mesmo da ampliação de federações já existentes).

Um segundo processo que poderá afetar o atual quadro partidário será a montagem da coalizão de governo do presidente eleito.

Os partidos que integraram a coalizão eleitoral de Lula (a federação PT-PV-PCdoB, o PSB, a federação PSOL-Rede, o Avante, o Solidariedade e o PROS) elegeram somente 122 deputados federais.

Para ter maioria legislativa, Lula precisará ao menos atuar em duas frentes: unificar o campo da esquerda, integrando o PDT ao seu governo, e integrar ao novo governo os partidos de centro e de direita que não estiveram na coalizão eleitoral de Jair Bolsonaro (o União Brasil, o MDB, o PSD, a federação PSDB-Cidadania e o Podemos).

A seguir, cenas dos próximos capítulos...

## Capítulo 8

### Considerações finais

E assim chegamos ao fim desta breve história dos partidos políticos brasileiros no século 21. Ao longo dos próximos quatro anos, quero crer que terá prosseguimento o movimento de concentração partidária iniciado pela EC 97/2017.

Como resultado da progressiva redução quantitativa da fragmentação partidária, também é muito provável que as legendas remanescentes também passem a se diferenciar do ponto de vista qualitativo e programático.

Em setembro de 2022, o jornal Folha de São Paulo publicou uma interessantíssima classificação ideológica dos 32 partidos políticos então registrados no TSE, cuja leitura recomendo enfaticamente.

Segundo essa métrica, que combina sete variáveis, teríamos os três campos ideológicos bem delimita-

dos no atual quadro partidário. Mencionarei abaixo, no entanto, somente as legendas de cada campo que elegeram deputados federais na eleição de outubro.

Na esquerda, estariam o PSOL, o PT, a Rede, o PCdoB, o PSB, o PV e o PDT.

Na direita, são enumerados o Republicanos, o PP, o PTB, o União Brasil, o Patriota, o PSC, o PL e o Novo.

Finalmente, entre os partidos de centro, o modelo identifica o Solidariedade, o Cidadania, o Avante, o PSD, o PROS, o MDB, o PSDB e o Podemos.

Será que o nosso retrospecto de fragmentação partidária extrema e de pouca diferenciação ideológica entre os partidos estaria perto de chegar ao final?

Espero voltar ao assunto antes que se passem outros vinte anos!



<p>Presidente <b>Alfredo Cotait Neto</b></p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política <b>Raimundo Colombo</b></p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais <b>Vilmar Rocha</b></p> <p>Secretária <b>Ivani Boscolo</b></p> <p>Diretor Superintendente <b>João Francisco Aprá</b></p>	<p><b>Conselho Consultivo</b></p> <p>Presidente <b>Guilherme Afif Domingos</b></p> <p>Conselheiros <b>Alda Marco Antonio</b> <b>André de Paula</b> <b>Cláudio Lembo</b> <b>Omar Aziz</b> <b>Otto Alencar</b> <b>Rafael Greca</b> <b>Ricardo Patah</b></p>	<p><b>Conselho Superior de Orientação</b></p> <p>Presidente <b>Gilberto Kassab</b></p> <p>Conselheiros <b>Antonio Brito</b> <b>Belivaldo Chagas</b> <b>Carlos Massa Ratinho Junior</b> <b>Eduardo Paes</b> <b>Guilherme Campos</b> <b>Letícia Boll Vargas</b> <b>Marcos Trad</b> <b>Rodrigo Pacheco</b> <b>Samuel Hanan</b></p>
---	---	---

**DOCUMENTOS** - Coleção 2022 - O sistema partidário brasileiro no século 21  
**ESPAÇO DEMOCRÁTICO** - Site: [www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br) Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD) Twitter: [@espdemocratico](https://twitter.com/espdemocratico)  
Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)  
Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas

<sup>22</sup> <https://www.otempo.com.br/politica/pros-se-funde-ao-solidariedade-para-partidos-cumprirem-clausula-de-barreira-1.2751304>

<sup>23</sup> <https://www.poder360.com.br/partidos-politicos/ptb-e-patriota-anunciam-fusao-partidaria-mais-brasil/>



**[www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br)**